



Privatizações no Brasil: influências e reais resultados

Privatizations in Brazil: influences and real results

Isabela Tréz Agapito¹

Resumo: O presente trabalho tem o objetivo de mostrar a teoria por trás da ampla defesa para a realização de privatizações que aconteceu a partir da década de 1980 em grande parte de mundo e como o movimento que aconteceu no Brasil estava em consonância com estas defesas e teorias. Essas teorias tiveram seus reflexos na política econômica adotada e nas mudanças da legislação para tornar o processo de privatizações tal como aconteceu no Brasil factível. Entende-se aqui, que a privatização foi uma recomendação que aconteceu no momento de consolidação do neoliberalismo e está listada no Consenso de Washington. Ainda, nos propusemos a mostrar brevemente quais foram os resultados obtidos com as privatizações, com o sucinto exemplo da Telebrás, discutimos a presença e caráter do IED que vêm para o Brasil nesse período, expusemos a relação das privatizações com o “problema” da dívida pública e a defesa falaciosa da realocação de recursos.

Palavras-chave: Neoliberalismo; Privatização; Desnacionalização.

Abstract: The present work aims to show the theory behind the broad defense for the realization of privatizations that took place from the 1980s in a large part of the world and how the movement that took place in Brazil was in line with these defenses and theories. These theories were reflected in the economic policy adopted and the changes in legislation to make the privatization process as it happened in Brazil feasible. It is understood here that privatization was a recommendation that took place at the time of consolidation of neoliberalism and is listed in the Washington Consensus. Furthermore, we proposed to briefly show the results obtained with privatizations, with the succinct example of Telebrás, we discussed the presence and character of FDI that came to Brazil during this period, we exposed the relationship between privatizations and the debt "problem" and the fallacious defense of reallocation of resources

Keywords: Neoliberalism; Privatization; Denationalization.

Introdução

Durante a década de 1990 o Brasil realizou diversas privatizações. Isso aconteceu sob a orientação da reunião nomeada de Consenso de Washington. Acontecido em 1989, o Consenso de Washington reiterou recomendações feitas até então por instituições supranacionais.

A novidade do Consenso de Washington não era o diagnóstico feito sobre a

¹ Universidade Estadual de Campinas. Graduada em Ciências Econômicas pela Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM). Email: agapitoisabela@gmail.com



realidade da América Latina ou as propostas apresentadas, mas sim a sistematização desse ideário em 10 pontos¹, impostos para todos os países latino-americanos, sem levar em conta as especificidades ou os processos que cada um desses países que compõem um bloco extremamente heterogêneo tinha passado até 1989. Entre os 10 pontos anteriormente mencionados estavam as privatizações.

Dessa forma, além do ressurgimento das ideias liberais, de intelectuais defensores de menos Estado e mais mercado² orientando decisões de política econômica no mundo todo, as instituições estrangeiras que em grande medida concediam empréstimos para os países latino-americanos, condicionavam esses empréstimos a adoção desse tipo de política.

Com o mesmo realismo, porém, a região não tem o direito de se enganar com as verdadeiras dimensões e implicações do que lhe é efetivamente oferecido em termos apenas financeiros e transitórios, mas em troca de concessões permanentes comprometedoras do seu futuro. (BATISTA, 1994, p.17)

As recomendações enumeradas pelo Consenso de Washington foram amplamente adotadas pelo Brasil, apesar de em muitos aspectos as políticas que os países de capitalismo central tomaram não condizerem com as que o FMI e o Banco Mundial, recomendaram para a América Latina. (BATISTA, 1994).

A Teoria por trás das privatizações

Em meados da década de 1980, Savas³ publica o livro: “Privatização: A Chave para um Governo Melhor”, nesta obra ele escreve: “o estudo realizado neste livro é aplicável a todas as culturas e sistemas sócio-econômicos, independentemente dos meios pelos quais os bens e serviços são efetivamente fornecidos” (SAVAS, 1987, p.14). Deste modo, fica evidente a pretensão de formular recomendações universais contra a presença do Estado por meio da forte atuação de empresas estatais nas economias, mostrando a necessidade e benesses das privatizações.

¹ Os 10 pontos recomendados pelo Consenso de Washington para a América Latina eram: “1. Disciplina fiscal; 2. Priorização dos gastos públicos; 3. Reforma Tributária; 4. Liberalização financeira; 5. Regime cambial; 6. Liberalização Comercial; 7. Investimento direto estrangeiro; 8. Privatização; 9. Desregulação; e 10. Propriedade Intelectual.” (BATISTA, 1989, p.18)

² “Passou-se simplesmente a admitir como premissa que o Estado não estaria mais em condições de exercer um atributo essencial da soberania, o de fazer política monetária e fiscal” (BATISTA, 1994, p.9)

³ “He served as First Deputy City Administrator of New York and as Assistant Secretary of the U.S. Department of Housing and Urban Development, appointed by President Ronald Reagan.



Neste contexto histórico, Savas (1987) afirma que a privatização melhoraria a produtividade das empresas, sendo capaz, inclusive, de aumentar a contrapartida oferecida à população aos impostos por ela pagos. Destarte, a privatização se coloca como ponto central para uma administração mais eficaz.

Seguindo essa lógica, a ideia de que os serviços oferecidos pelo governo seriam mais baratos porque este não tem o objetivo de auferir lucros seria falsa, na verdade, os preços a serem pagos a fornecedores comerciais privados de bens e serviços seriam menores. A busca pelo lucro seria o motor da competição entre as empresas e inovações seriam resultado desse processo. Dessa forma, os bens e serviços privados além de mais baratos também seriam de melhor qualidade (SAVAS, 1987).

Um pressuposto muito importante para sucesso das privatizações é o de concorrência. A concorrência seria a expressão de que o cidadão tem escolhas e a liberdade de escolha é necessária para o funcionamento do mercado. “As forças da concorrência devem ser postas frente a frente para superar os mecanismos de monopólio introduzidos nos serviços públicos.” (SAVAS, 1987, p.260-261)⁴.

Essa concorrência, tão almejada, se não acontecesse de forma natural, deveria ser criada e os monopólios governamentais extinguidos. A introdução da concorrência poderia requerer estratégias que tivessem como objetivo oferecer opções aos cidadãos. Ou seja, os monopólios estatais⁵, como não oferecem escolhas, seriam considerados meios de coerção⁶ (SAVAS, 1987).

Nesse sentido, liberalização⁷ econômica seria um meio para alcançar a concorrência. Mesmo os monopólios estatais que fossem lucrativos deveriam ser eliminados e para a desestatização desse tipo específico de monopólio, a estratégia ideal

⁴ No entanto, são essas forças de mercado e portanto, da concorrência que levam aos monopólios. Para mais elementos sobre isso indica-se: Sweezy (1976), Hymer (1978).

⁵ Os serviços oferecidos pelo governo, ao contrário, são constituídos por monopólios. “As estatais que fornecem serviços de monopólio comportam-se como monopólios não regulamentados e estão institucionalmente sujeitas a todas as ineficiências e inadequações inerentes a tal situação” (SAVAS, 1987, p.109). Portanto, como o governo opera por meio de monopólios que não permitiria concorrência, isso comprometeria as eficiência e eficácia da atividade econômica.

⁶ “O cidadão e o seu governo devem ter a possibilidade de escolher, porque quando a escolha é substituída pela coerção, a relação fundamental entre cidadão e funcionários públicos é alterada; estes últimos não são mais *servidores*” (SAVAS, 1987, p.261, grifos do autor)

⁷ Um ponto do Consenso de Washington que é “antecipado” no livro de Savas (1987).



seria desregular⁸ a indústria, de modo a possibilitar a concorrência (SAVAS, 1987, p.253).

Se determinada sociedade almeja atingir o bem-estar social, um pré-requisito para isso seria deixar as decisões econômicas para o mercado, uma vez que as instituições públicas não trabalhariam para o bem-estar da população. “Quando a questão é a capacidade de realizar, o público considera o setor privado superior às instituições públicas.” (SAVAS, 1987, p.19).

Ao buscar entender as especificidades da desestatização em países “em desenvolvimento”, Savas faz críticas a possível exclusão de algum grupo na compra das empresas estatais, não pondera que este poderia ser o artifício usado para impedir a formação de monopólios privados, ou impedir a desnacionalização do controle da empresa a ser privatizada, mas defende que o desenvolvimento aconteça por meio do mercado livre e para isso “nenhum comprador potencial deve ser excluído por questões de raça, nacionalidade ou posição econômica” (SAVAS, 1987, p.256). Dessa maneira, o fato de compradores serem empresas multinacionais e estrangeiras não representaria nenhum problema ao país que estaria alienando sua empresa.

Para os países em desenvolvimento, as privatizações seriam uma ferramenta para atrair os capitais privados ao redor do mundo. Assim, as empresas privatizadas seriam capazes de atrair e realizar novos investimentos⁹.

Dessa forma, são vistas com entusiasmo as amplas possibilidades de desestatização pelo mundo: “O Brasil, onde o número de empresas estatais quintuplicou entre 1960 e 1980, começou a vender, alienar ou fechar algumas de suas 20 mil companhias federais e institutos oficiais” (SAVAS, 1987, p.185).¹⁰

⁸ A desregulamentação é outro ponto dos 10 enumerados pelo Consenso de Washington, que de acordo com Savas (1987) já eram recomendações antes de 1989.

⁹ Trataremos sobre o assunto adiante.

¹⁰ Nota-se que o livro de Savas é de 1987, dois anos antes do Consenso de Washington e a tendência às privatizações sob a forma de desestatização e alienação já se fazia presente em grande parte do mundo, inclusive na América Latina. “A gama de atividades de desestatização é muito ampla. Na Inglaterra, a primeira-ministra Margaret Thatcher iniciou um grande esforço de privatização, resultando na alienação de várias empresas industriais estatais. O governo vendeu toda ou parte da sua participação na indústria aeroespacial, de automóveis, telecomunicações, rádio, química, petróleo, barcas e hotéis, dentre outras. (Nas primeiras sete empresas, os lucros cresceram 49 por cento, atingindo índices recordes após a privatização quatrocentos mil empregos, ou cerca de 2 por cento de todos os empregos do país foram transferidos do setor público para o setor privado). O México, que expandiu o número de suas empresas estatais, não-financeiras, de 175 para 520 entre 1960 e 1980, começou a reverter o processo e vendeu sua participação



A fim de reiterar as amplas e irrestritas defesas da realização de privatizações feitas por Savas e fortemente aceitas no Brasil: “As razões teóricas pelas quais os contratos privatizados podem ser melhores do que os governamentais são lógicas; além disso, apoiam-se em experiências práticas, confirmadas por estudiosos competentes.” (SAVAS, 1987, p.298). Desse modo, grande parte do mundo passara a enxergar nas privatizações a solução para seus problemas econômicos.

A experiência inglesa foi precursora e por isso se tornou um modelo observado, estudado e seguido por outros países. Suas desestatizações eram vistas como exitosas, e por isso, merecedoras de ser inspiração¹¹.

Margaret Thatcher, primeira-ministra do Reino Unido entre 1979 e 1990 desempenhou um papel marcante para a realização das privatizações neste país. Madsen Pirie¹², co-fundador do Instituto Adam Smith foi a principal influência intelectual para as privatizações no governo de Thatcher. Sobre as privatizações realizadas na Grã-Bretanha, Pirie (1987 a, p.21) defende: “Só agora, depois que seu sucesso provocou atenção, os doutorados e as teses estão sendo feitas e as teorias estão sendo examinadas. As políticas conduziram à teoria”.

no setor de hotéis e de automóveis. A Argentina criou o Ministério da Privatização, como o Canadá. O Japão deu os primeiros passos para privatizar suas empresas de telefone, tabaco, aviação e ferrovia. O Brasil, onde o número de empresas estatais quintuplicou entre 1960 e 1980, começou a vender, alienar ou fechar algumas de suas 20 mil companhias federais e institutos oficiais. A Espanha, com a marca de 747 companhias industriais em 1983, perdeu mais de 2,8 bilhões de dólares e acumulou débito de 36 bilhões de dólares, direcionou a venda de sua participação nos setores têxtil, de viagens, turismo, transporte de carga e automóveis. A Itália vendeu sua participação nas companhias de alimentação, telefone, eletrônica, aeroespacial e de colocação de oleodutos e seu maior banco. O governo filipino colocou à venda seus hotéis, navios de carga, usinas de cimento, fazendas, de criação de aves, usinas de processamento de soja e outros alimentos, indústrias têxteis, minas de cobre, moinhos de polpa e papel, usinas de madeira compensada, indústria de calçados, usina de processamento de jade e usinas de plásticos. A tendência é evidente em países em todos os continentes. Entretanto, a falta de capital local é um fator inibidor da privatização.” (SAVAS, 1987, p.185)

¹¹ “A privatização e reestruturação do setor elétrico na Inglaterra tem sido considerada como a mais radical experiência ocorrida, não havendo precedentes em qualquer outra economia. A forte mudança verificada tem levado muitos países a estudar o modelo, tendo sido, apesar de polêmico, copiado parcialmente em alguns casos, como na Noruega, na Holanda ou, quase integralmente, na Argentina. [...] A experiência inglesa [...] traz no mínimo a necessidade de reflexão aos formuladores de política industrial no Brasil sobre como realizar uma reestruturação que busque reduzir as imperfeições do mercado e promova uma justa distribuição dos ganhos de eficiência após um processo de privatização.” (DE SÁ, 1995, p.128).

¹² Um dos textos utilizados de Pirie (1987b) é de uma palestra ministrada no Canadá, com o claro intuito de fazer propaganda das benesses que as privatizações tinham levado à Inglaterra e incentivar que o mesmo acontecesse indiscriminadamente ao redor do mundo.



De acordo com Pirie (1987b), a Grã-Bretanha, em 1979 vivia na Idade da Pedra e o responsável por isso era o governo¹³. Este dominava diversos setores da economia. Sobre a força de Margareth Thatcher, e sua capacidade de fazer com que a Grã-Bretanha “emergisse” da Idade da Pedra, afirma Pirie (1987b)¹⁴.

Savas trabalhou diretamente no governo Reagan, nos Estados Unidos, e Pirie trabalhou diretamente no governo Thatcher, na Grã-Bretanha. Ambos defendiam as privatizações como uma política passível de ser aplicada no mundo todo¹⁵.

Savas¹⁶ e Pirie tiveram relevância ao divulgar experiências exitosas com as políticas de privatizações e com isso procuravam oferecer o embasamento teórico e

¹³ Ao considerar as alienações realizadas por Thatcher na Inglaterra profícuas, Savas (1987, p.185), apresenta que: “Nas primeiras sete empresas, os lucros cresceram 49 por cento, atingindo índices recordes após a privatização”, por exemplos como este, as possibilidades de desestatização enxergadas por diversos países do mundo são tidas como positivas e vantajosas

¹⁴ “Foi neste clima de Idade da Pedra que surgiu, em 1979, a nova Raça. “O Homothaturius” ou, “Homem de Thatcherite” poderá ser facilmente identificado pelos futuros arqueólogos devido às sutis diferenças físicas – caixa craniana levemente abaulada, para acomodar a visão de uma sociedade próspera e livre. A criatura caminha de forma um tanto mais ereta, com os olhos firmemente fixos no futuro, futuro este marcado pela livre escolha e pelo espírito de iniciativa, e suas passadas se tornam cada vez mais largas, à medida que ganha confiança em sua habilidade de liderar as forças de inovação e da produtividade. É necessário acrescentar que a característica mais extraordinária da Nova Raça é a de ser liderada por uma mulher. Os arqueólogos ficarão espantados com o fato de que a Nova Raça, sob tal liderança tenha realizado tanto em tão curto espaço de tempo. E eu estava lá para ver.” (PIRIE, 1978b, P.8)

¹⁵ “As privatizações estão sendo realizadas através da Europa. Realmente, os casos estão sucedendo-se de forma numerosa e rápida: Alemanha Ocidental, Dinamarca, a Suécia nominalmente socialista, a Itália. Surpreendentemente, a história de maior sucesso, fora da Grã-Bretanha, será provavelmente encontrada na Ásia, em países como Bangladesh, realmente muito pobre e que alcançou um imenso sucesso com a privatização de suas fábricas têxteis e de sapatos. Há os países às margens do Oceano Pacífico, como Singapura e Malásia, que privatizaram os serviços telefônicos e as companhias aéreas estatais. Temos as fazendas de bananas sendo privatizadas em Belize, temos as refinarias de açúcar na Jamaica, que acaba de privatizar, também, o banco nacional, detentor de 5% do total do capital disponível no país e, ainda assim, privatizado. Na Turquia, a ponte Bósforo. O Japão está privatizando o sistema telefônico e as ferrovias - a propósito, a maior privatização do mundo. Na Índia as cooperativas têxteis.” (PIRIE, 1987b, p.17)

¹⁶ Nota-se que o livro de Savas é de 1987, dois anos antes do Consenso de Washington e a tendência às privatizações sob a forma de desestatização e alienação já se fazia presente em grande parte do mundo, inclusive na América Latina. “A gama de atividades de desestatização é muito ampla. Na Inglaterra, a primeira-ministra Margaret Thatcher iniciou um grande esforço de privatização, resultando na alienação de várias empresas industriais estatais. O governo vendeu toda ou parte da sua participação na indústria aeroespacial, de automóveis, telecomunicações, rádio, química, petróleo, barcas e hotéis, dentre outras. (Nas primeiras sete empresas, os lucros cresceram 49 por cento, atingindo índices recordes após a privatização quatrocentos mil empregos, ou cerca de 2 por cento de todos os empregos do país foram transferidos do setor público para o setor privado). O México, que expandiu o número de suas empresas estatais, não-financeiras, de 175 para 520 entre 1960 e 1980, começou a reverter o processo e vendeu sua participação no setor de hotéis e de automóveis. A Argentina criou o Ministério da Privatização, como o Canadá. O Japão deu os primeiros passos para privatizar suas empresas de telefone, tabaco, aviação e ferrovia. O Brasil, onde o número de empresas estatais quintuplicou entre 1960 e 1980, começou a vender, alienar ou fechar algumas de suas 20 mil companhias federais e institutos oficiais. A Espanha, com a marca de 747 companhias industriais em 1983, perdeu mais de 2,8 bilhões de dólares e acumulou débito de 36 bilhões de



ideológico do que se tornaria uma política deliberada em todo o mundo nos anos seguintes.

Porquanto as privatizações eram realizadas em grande parte do mundo, no Brasil não foi diferente. O Consenso de Washington aconteceu em 1989, mas antes disso as condições para a desnacionalização do patrimônio brasileiro já vinham sendo desenhadas. Nesse processo é notória a influência das ideias de Savas (1987) e Pirie (1987a, 1987b), bem como de teóricos que procuravam “reavivar” as teorias liberais. Destarte, o próximo passo é investigar de que modo os argumentos em defesa do livre mercado, concorrência e privatizações chegam ao Brasil.

Defesa e Antecedentes das Privatizações no Brasil

Foi difundido e aceito quase como consenso que as empresas estatais eram a representação dos privilégios e da insuficiência do setor público (mesmo quando essas empresas eram lucrativas).

Segundo Modiano, presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), o processo de desestatização é o instrumento fundamental na redefinição do papel do Estado, onde a ação do “Estado Empresário” deve ser mínima para que as funções nas áreas sociais sejam adequadamente executadas, devendo ficar garantido ao setor privado o desejo e a obrigação de realizar os investimentos empresariais. (PROCIANOY, MOTTA, 1992, p.51)

Para que o processo de privatização tivesse início no Brasil, a legislação passou por diversas mudanças e tratar mais detidamente sobre isso requereria o espaço de um outro trabalho. Mas é imprescindível que façamos aqui, uma breve exposição de algumas mudanças pelas quais a legislação brasileira passou.

A começar pelo Decreto nº 86.215, de 1981¹⁷ que retoma as diretrizes de fortalecimento da livre empresa, presentes no Programa Nacional de Desburocratização¹⁸

dólares, direcionou a venda de sua participação nos setores têxtil, de viagens, turismo, transporte de carga e automóveis. A Itália vendeu sua participação nas companhias de alimentação, telefone, eletrônica, aeroespacial e de colocação de oleodutos e seu maior banco. O governo filipino colocou à venda seus hotéis, navios de carga, usinas de cimento, fazendas, de criação de aves, usinas de processamento de soja e outros alimentos, indústrias têxteis, minas de cobre, moinhos de polpa e papel, usinas de madeira compensada, indústria de calçados, usina de processamento de jade e usinas de plásticos. A tendência é evidente em países em todos os continentes. Entretanto, a falta de capital local é um fator inibidor da privatização.” (SAVAS, 1987, p.185).

¹⁷ Disponível em: <https://www.normasbrasil.com.br/norma/decreto-86215-1981_40844.html>

¹⁸ Em 1979 a partir do decreto 83.740, de 18 de Julho de 1979 (Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-83740-18-julho-1979-433047->



para afirmar que a exploração de atividades econômicas seria de preferência da iniciativa privada, uma vez que naquele momento já existiriam empresas privadas capazes de exercer atividades que anteriormente só o Estado possuía os recursos e capacidade necessários para desenvolver¹⁹.

Também no Decreto 86.215 de 1981, com o intuito de proteger a indústria e soberania nacional em alguma medida, são colocadas restrições para os compradores das empresas estatais brasileiras, estes deveriam ser cidadãos brasileiros que residissem no país ou empresas que tivessem sob controle nacional.²⁰ Ainda, foram estabelecidas exceções para a desnacionalização²¹.

[publicacaoriginal-1-pe.html](#)>), foi instituído o Programa nacional de Desburocratização, promulgado sob o governo de João Figueiredo. O Programa contava com um Ministro Extraordinário para a Desburocratização e por desburocratização, entendia-se buscar que os usuários de serviços públicos tivessem acesso a serviços melhores e isso aconteceria pela redução da participação do Governo nesses serviços, assim, fortalecendo a empresa privada nacional, de modo que no futuro essa empresa se encarregasse de atribuições que naquele momento eram responsabilidades de empresas estatais. A ideia de impedir o crescimento do setor público já se fazia presente.

¹⁹ Diversos órgãos e instituições internacionais, como o Fundo Monetário Internacional (FMI), Banco Mundial, U.S. Agency for International Development (Usaid), pressionaram governos dos países em desenvolvimento (países estes que precisavam dos fluxos de recursos oriundos dessas instituições) para que “o setor privado tivesse um papel mais importante em suas economias” (AMARAL FILHO, 1996). “De fato, no início de 1986, o Banco Mundial criou uma seção para lidar com as medidas destinadas ao aperfeiçoamento da eficiência das empresas públicas, através da reestruturação e da privatização. Atualmente, muitos financiadores impõem como condição para suas inversões que os países em desenvolvimento aceitem a política de reforma econômica do Banco Mundial e do FMI. [...] O interesse pela privatização e a criação de uma agenda devem-se, em ampla medida, a pressões externas de instituições internacionais de cooperação econômica e de agentes financeiros. O Banco Mundial, por exemplo, critica o crescimento da dívida das empresas estatais, gastando recursos que poderiam ser canalizados para a educação e saúde, elogiando, ao contrário, os esforços na direção da eficiência de empresas estatais.” (AMARAL FILHO, 1996, p.93)

²⁰ Já foi apresentado o raciocínio de Savas (1987) que defendia a não discriminação perante qualquer comprador, mesmo os grandes grupos internacionais.

²¹ Como mencionadas no artigo 4º: “Art. 4º Não se incluem no disposto neste Decreto: I - as empresas incumbidas de atividades diretamente ligadas à Segurança Nacional, a critério do Presidente da República; II- as empresas incumbidas de atividades sujeitas ao regime legal de monopólio do Estado; III - as empresas responsáveis pela operação da infra-estrutura econômica ou social básica ou produtoras de insumos de importância estratégica, cujo controle o Estado foi levado a assumir para viabilizar o desenvolvimento do setor privado, e não para com ele competir; IV - as empresas instituídas com o objetivo de manter o controle nacional do processo de desenvolvimento ou evitar a desnacionalização de setores básicos da economia. (DECRETO, 86.215, 1981, n/p). Em 1988, o governo Sarney publica o decreto nº 95.886, de 29 de março Disponível em: < <http://legis.senado.leg.br/norma/518526/publicacao/15707615>>. Este Decreto instituiu o Programa Federal de Desestatização. Com muitas distinções em relação aos Decretos anteriores, o Decreto 95.886, já não mencionava os serviços nos quais o Estado ainda manteria seu interesse de posse ou monopólio (pelos motivos citados no Decretos anteriores: segurança nacional, setores estratégicos, orientação do desenvolvimento...). E ainda, traz novas motivações para as desestatizações. Deste modo, é notável que as ideias de soberania e segurança nacionais, perdem importância à medida que a intenção de facilitar as privatizações se mostra.



De acordo com Amaral Filho (1996), com o passar dos anos o Estado e má administração, as empresas estatais teriam, gradativamente, criado seu próprio desprestígio na medida em que não conseguiram desempenhar as funções para que foram criadas e por consumirem grande quantidade de recursos públicos. Concomitantemente a admiração pelas empresas privadas e a esperança de que estas fossem capazes de oferecer serviços melhores por preços menores cresciam. Nesse sentido, a política não seria a principal motivação para as privatizações e sim o pragmatismo e a eficiência.

A redução do déficit público é colocada como um dos principais motivos para as privatizações. As empresas estatais transfeririam seus déficits ao setor público por meio dos financiamentos concedidos por bancos públicos e “mecanismos de socorro do Banco Central” (TOURINHO; VIANNA, 1993, p.12).

Em 12 de abril de 1990, foi divulgada a Lei nº 8.031²² que instituiu o Programa Nacional de Desestatização (PND). Entre os objetivos do PND estavam:

- I - reordenar a posição estratégica do Estado na economia, transferindo à iniciativa privada atividades indevidamente exploradas pelo setor público;
- II - contribuir para a redução da dívida pública, concorrendo para o saneamento das finanças do setor público;
- III - permitir a retomada de investimentos nas empresas e atividades que vierem a ser transferida à iniciativa privada;²³
- IV - contribuir para modernização do parque industrial do País, ampliando sua competitividade e reforçando a capacidade empresarial nos diversos setores da economia;
- V - permitir que a administração pública concentre seus esforços nas atividades em que a presença do Estado seja fundamental para a consecução das prioridades nacionais;
- VI - contribuir para o fortalecimento do mercado de capitais, através do acréscimo da oferta de valores mobiliários e da democratização da propriedade do capital das empresas que integrem o Programa. (LEI, 8.031,1990, n/p.)

Uma grande diferença em relação às Leis e Decretos publicados anteriormente é a simplificação da relação de empresas que poderiam ser privatizadas. De acordo com o PND, seriam estas as empresas que fossem: “I - controladas, direta ou indiretamente, pela União e instituídas por lei ou ato do Poder Executivo; ou II - criadas pelo setor privado e

²²Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1990/lei-8031-12-abril-1990-375980-publicacaooriginal-1-pl.html>>

²³ Há vários casos de mostram que na realidade aconteceu o contrário disso, um deles é o da Companhia Central Brasileira de Força Elétrica (CCBFE), no Espírito Santo. Neste caso, o investimento só foi retomado o governo brasileiro comprou as subsidiárias da AMFORP, na década de 1960. Sobre isso ver Ribeiro (2003)



que, por qualquer motivo, passaram ao controle, direto ou indireto, da União.” (LEI, 8.031, 1990, n/p.)

Havia consonância de que existia necessidade de reestruturação do setor industrial, os mecanismos do mercado seriam responsáveis por fazer a indústria desestatizada atuar de forma satisfatória e eficiente. No contexto de dificuldades de obtenção de recursos externos, o país precisava de alternativas para seu financiamento. As desestatizações aparecem como solução (TOURINHO; VIANNA, 1993).

Em 1992 foram leiloadas 14 empresas, o capital estrangeiro representou 4,9% do total da aquisição acionária de somente 9 empresas e até dezembro do mesmo ano 66 empresas foram incluídas no PND. Dessas 66 empresas 32 eram de posse do Estado e as outras 34 correspondiam a participações acionárias (AMARAL FILHO, 1996, p.131).

Por tudo isso, vê-se que a desestatização, é apresentada como contrapartida à incapacidade e ao gigantismo do Estado. Para o sucesso da desestatização e por consequência, das privatizações, era necessário que acontecesse uma desregulamentação. Esta desregulamentação seria responsável por promover a livre concorrência e a possibilidade de as forças do mercado atuarem no oferecimento dos serviços necessários à população²⁴. Depois de “tirar as amarras” das economias com a desregulamentação, que traria como resultado o fomento do comércio exterior, os empresários nacionais seriam de certa maneira forçados a competir. (AMARAL FILHO, 1996, p.46).

Deste modo, as privatizações surgem, assim como o que foi recomendado, como forma de “[...]reduzir o papel do governo, ou de dar maior importância ao setor privado, numa atividade ou na propriedade de bens” (SAVAS, 1987, p.13). Portanto, eram necessárias para a redução do tamanho e poderes do governo, uma forma de tirar o patrimônio do controle do governo imprudente e transferi-lo para o controle privado, onde essas empresas seriam melhor geridas.

Essa prática também buscava a redução dos déficits fiscais e orçamentários que estrangulavam o orçamento do governo, impedindo a realização de investimentos “sobretudo nas áreas sociais e de infra-estrutura” (AMARAL FILHO, 1996, p.47).

²⁴ Percebe-se grande coerência com as ideias expostas por Savas. Daí a importância de buscar o contexto em que a defesa das práticas privatistas aparece no mundo para compreender a sua incorporação na realidade brasileira.



Entre as evidências de que o Brasil absorveu bem as ideias em defesa das privatizações esquematizadas por Savas (1987) e Pirie (1987a e 1987b). Tourinho; Viana (1993) defendem que as desnacionalizações eram uma tendência²⁵ mesmo em países com um Estado considerado “forte”²⁶.

Destarte, tornou-se consenso que as privatizações eram “tendência em muitos países da mais variada orientação ideológica, devido ao reconhecimento da inoperância do modelo intervencionista, enquanto política de governo, em um grande número de situações” (TOURINHO; VIANNA, 1993, p.1).

Ainda sobre a incorporação da ampla defesa das privatizações feita no Brasil:

A privatização é usualmente vista como um instrumento-chave do processo de ajuste fiscal. Primeiro, porque, em geral, é difícil reduzir ou eliminar o déficit das empresas estatais sem transferi-las para o setor privado. Segundo, porque as receitas da privatização podem financiar o déficit público sem a necessidade de recurso a emissão de dívida ou moeda. Exemplos da utilização de receitas da privatização com este fim são facilmente encontrados. Do Chile de Pinochet e da Inglaterra de Thatcher as recém-estabelecidas economias de mercado do Leste Europeu, dezenas de países recorreram a venda de estatais, ou planejam fazê-lo, para complementar suas receitas tributárias. (PINHEIRO; LANDAU, 1995, p. 3)

Dessa forma, as privatizações eram entendidas como necessárias²⁷. Nesse contexto, era divulgado que o envolvimento estatal nas decisões estratégicas no Brasil teria conduzido a uma subordinação dos setores estratégicos “relevantes” da economia brasileira às diretrizes governamentais. Isso era visto como perigoso, uma vez que o Estado controlava empresas que detinham monopólios e por isso não seguiriam as regras do “mercado”. “As aberrações corporativistas cultivadas pelo modelo monopolista estatal revelam um caráter extremamente perverso de um Estado que, por razões políticas e

²⁵ “Em nenhum lugar a privatização avançou de forma tão marcante quanto na China após a saída de Mao-Tsé Tung” (SAVAS, 1987, p.185) “Até mesmo a União Soviética descobriu as virtudes do mercado e da empresa privada, já que tenta desesperadamente sair do status econômico de Terceiro Mundo” (SAVAS, 1987, p. 187)

²⁶ Em alguns momentos de: “Privatização a Chave Para um Governo Melhor”, Savas classifica a Alemanha Oriental, União Soviética e China como socialistas ou comunistas, não diferenciando os regimes entre si.

²⁷ No contexto mundial as experiências do México e da Argentina eram vistas como acertadas, apesar de os resultados do PND brasileiro ter se destacado na privatização do setor industrial. Um ponto comum entre as privatizações do Brasil, México e Argentina era o discurso de que as receitas seriam destinadas para a redução das respectivas dívidas públicas. “[...] uma comparação mais cuidadosa revela que o PND é, dentre eles, o de maior relevância no que tange à intervenção no setor industrial, pois foi o programa que arrecadou o maior volume de recursos com a alienação da participação estatal em empresas industriais (US\$ 3,6 bilhões). Os outros países têm tido receitas mais expressivas na desestatização do setor de serviços.” (TOURINHO; VIANNA, 1993, p. 02)



culturais concentradoras, descuida-se abertamente das suas funções sociais.” (BUSLIK, 1994, p. 36).

Os governos Collor e Itamar Franco deram início à política deliberada de privatizações no Brasil, adotando as medidas sugeridas pelo Consenso de Washington. Entre 1991 e 1992²⁸ aconteceram privatizações de 18 empresas²⁹ e de mais 13 empresas de 1993 a 1994³⁰.

Dessa forma, o governo Fernando Henrique Cardoso (FHC), não traz novidades e sim fortalecimento da política de privatizações nesse momento histórico com as particularidades de desnacionalização e financeirização da economia (RODRIGUES, 2017).

Em 1995, o governo FHC privatizou 7 empresas³¹, em 1996, privatizou 11 empresas³², em 1997, 4 empresas³³, e em 1998, 8 empresas³⁴. O montante obtido com as privatizações do primeiro mandato de FHC foi de aproximadamente 32 bilhões de

²⁸ Foram: Usiminas, Celma, Mafersa, Cosinor, Companhia Petroquímica do Sul (Copesul), Cia. Aços Especiais Itabira (Acesita), Companhia Siderúrgica de Tubarão (CST), Petroflex Ind. e Com. S.A., Fertilizantes Fosfatados (Fosfértil), Aços Finos Piratini S.A., Companhia Nacional de Álcalis (CNA), Companhia Industrial Polipropileno (PPH), Polissul Petroquímica S.A., Nitriflex S.A. Ind. E Com., Goiás Fertilizantes S.A. (Goiásfértil) Serviço de Navegação da Bacia do Prata (SNBP), Companhia Brasileira de Estireno (CBE), e Indag S.A. (RODRIGUES, 2017)

²⁹ É importante destacar que o governo Sarney realizou a privatização de 16 empresas, foram estas: Cia. de Tecidos Nova América, Siderúrgica Nossa Senhora Aparecida, Engematic, Máquinas Piratininga do Nordeste S.A., Fermag, Máquinas Piratininga S.A., Aracruz Celulose S.A. Caraíba Metais S.A., Cepalg Cimetal Siderúrgica S.A., Sibra, Cosin Usina Siderúrgica da Bahia, Cia. Celulose da Bahia, Cia. de Ferro e Aço de Vitória, Cia. Brasileira de Cobre. (RODRIGUES, 2017)

³⁰ Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), Aço Minas Gerais S.A. (Açominas), Companhia Siderúrgica Paulista (Cosipa), Ultrafértil - Ind. E Com. De Fertilizantes S.A., Poliolefinas S.A., Oxiteno S.A. Ind. e Com., Petroquímica União S.A., Empresa Brasileira de Aeronáutica S.A. (Embraer), Politeno Indústria e Comércio S.A., Companhia Pernambucana de Borracha Sintética (Coperbo), Ciquini - Companhia Petroquímica, Polialden Petroquímica, Acrilonitrila do Nordeste S.A. (Acrinor), Arafértil S.A., Mineração Caraíba Ltda. (RODRIGUES, 2017)

³¹ Espírito Santo Centrais Elétricas S.A. (Escelsa), Companhia Petroquímica do Nordeste (Copene), Salgema Indústrias Químicas S.A., Companhia Petroquímica de Camaçari (CPC), Pronor S.A., Companhia Brasileira de Poliuretanos (CBP), Nitrocarbono S.A., Companhia Química do Recôncavo (CQR) (RODRIGUES, 2017)

³² Light Serviços de Eletricidade S.A., Rede Ferroviária Federal S.A. Malha Sudeste, Rede Ferroviária, Federal S.A. Malha Centro-Leste, Rede Ferroviária Federal S.A. Malha Sul, Polibrasil S.A. Ind. e Com., Polipropileno S.A., Rede Ferroviária Federal S.A. Malha Oeste, Rede Ferroviária Federal S.A. Malha Tereza Cristina, Estireno do Nordeste S.A., Deten Química S.A., Koppol Films S.A. (RODRIGUES, 2017)

³³ CVRD (Companhia Vale do Rio Doce), Companhia Docas do Estado de São Paulo (Codesp - Tecon 1), Banco Meridional do Brasil, Rede Ferroviária Federal S.A. Malha Nordeste. (RODRIGUES, 2017)

³⁴ Sistema Telebrás, Centrais Geradoras do Sul do Brasil S.A. (Gerasul), Porto de Sepetiba, Terminal Roll-On Roll-off do Porto de Rio de Janeiro, Cais de Capuaba, Malha Paulista (antiga Fepasa), Cais de Paul, Porto de Angra dos Reis. (RODRIGUES, 2017)



dólares, enquanto as privatizações do governo Collor e Itamar Franco somaram 6,8 bilhões (RODRIGUES, 2017).

Os reais resultados

Uma análise pormenorizada da agenda de política econômica nos governos Collor, Itamar Franco e FHC, suas semelhanças e incongruências estão além do escopo deste trabalho. Ainda assim, parte-se, da perspectiva que

[...] a implementação continuada da política econômica de talhe neoliberal pelos governos brasileiros nos anos 90 estaria reconfigurando as bases da acumulação de capital no Brasil, de modo a criar um novo padrão de acumulação fundado num novo e mais profundo patamar de subordinação ao capital financeiro internacional. (GENNARI, 2001, p. 42)

Ao analisar os saldos das Contas Externas Brasileiras (Balança Comercial, Transações Correntes e Conta Capital) durante toda década de 1990. Gennari (2001) conclui que há uma inflexão nas contas externas brasileiras³⁵, resultado da política econômica adotada.

³⁵ “A política econômica em relação ao setor externo passou a ser um elemento central de toda a política do governo, na medida em que, a política de estabilização, reconhecida pelo Governo como aspecto mais importante no curto prazo, - e na medida em que tem na âncora cambial seu aspecto decisivo, além da âncora salarial (via desindexação) - tornou deliberadamente a política econômica externa e toda a política governamental refém dos ingressos do capital financeiro internacional. [...] a inflexão ocorrida nas contas externa brasileiras, fruto de tal política, e demonstram também o aspecto da vulnerabilidade crescente da *nova economia brasileira dos anos noventa, uma vez que ao histórico déficit na conta de serviços, somou-se um déficit na balança comercial.*” (GENNARI, 2001, p. 38)



Tabela 2: Saldo das Contas Externas Brasileiras (em US\$ milhões)

Ano	Saldo		
	Comercial	Trans. Correntes	Conta Capital
1989	16.120	1.033	-11.432
1990	10.753	-3.782	-4.988
1991	10.579	-1.407	-4.148
1992	15.239	6.143	25.271
1993	13.307	-592	10.115
1994	10.446	-1.689	14.294
1995	-3.351	-17.972	29.359
1996	-5.589	-23.142	33.959
1997	-6.843	-30.906	25.971
1998	-6.593	-33.616	20.664
1999	-1.260	-25.396	17.381
2000	-698	-24.637	19.326

Fonte: (GENNARI, 2001, p. 39)

Como pode-se verificar a partir da tabela, acontecem déficits na conta de Transações Correntes do Balanço de Pagamentos³⁶. Esse fato torna questionável um dos principais motivos para o volume absurdo de privatizações: o de amortizar e diminuir o montante da dívida. Sem nenhuma surpresa, todo esse quadro agrava a vulnerabilidade externa e a fragilidade financeira do Estado brasileiro.

No contexto de consolidação do neoliberalismo enquanto uma forma de ver e pensar o mundo³⁷, os argumentos em defesa das privatizações foram largamente repetidos pelos meios de comunicação³⁸. Essa “campanha de desinformação da opinião pública”

³⁶ O que contribui para o aumentar o endividamento em relação ao exterior, a desnacionalização da economia e a centralização de capital.

³⁷ “A principal batalha que os neoliberais travaram foi no plano das ideias e foi aí também que tiveram sua maior vitória.” (LESBAUPIN; MINEIRO, 2002, p.82) Sobe isso ver: Carcanholo (1997;1998); capítulo 2 de Harvey (2008)

³⁸ Concomitantemente ao crescimento da convicção de que a iniciativa privada seria mais eficiente e oferecedora de melhores serviços, houve o crescente desprestígio de empresas e bancos públicos. Estes dois movimentos contaram com ampla propaganda. “Privatizar se tornou a nova palavra de ordem. Todos os meios foram utilizados para convencer a opinião pública dos benefícios e do caráter bem-fundado da privatização. Naqueles primeiros anos, o governo – amplamente secundado pela mídia- insistiu em duas idéias básicas: - as empresas estatais eram obsoletas, dispendiosas e ninho de “marajás”, isto se devia a seu caráter de monopólio estatal, não submetido à concorrência; as empresas, transferidas para o mercado, seriam obrigadas a enfrentar a concorrência e, graças a isso, se tornariam mais competentes, produziriam lucro e reduziram as tarifas. - o Estado brasileiro estava falido, com uma dívida pública imensa: a privatização era necessária para reduzir a dívida pública, com a receita proveniente da venda das estatais; por outro lado, o Estado dispndia recursos imensos para manter as estatais- várias delas deficitárias-, função que não seria precipuamente a sua, transferindo-as para o setor privado, deixaria de desperdiçar e poderia se concentrar no fundamental- como saúde e educação por exemplo.” (LESBAUPIN; MINEIRO,



(LESBAUPIN; MINEIRO, 2002, p.65)³⁹ foi necessária para que as desnacionalizações acontecessem.

Dentre os defensores das privatizações, nem todos estavam alinhados aos argumentos para a sua defesa e eram tão otimistas como Savas (1987) e Pirie (1987a e 1987b). Pinheiro; Giambiagi (1992) apontam que as Empresas Estatais (EES) não contribuíam expressivamente para a geração de déficits⁴⁰. Argumento este, amplamente divulgado e usado como pretexto para que o governo entregasse o controle de diversas empresas à iniciativa privada⁴¹.

Os autores ainda chamam atenção para o período da década de 1980, onde os vultuosos investimentos realizados nas empresas estatais se deviam ao II Plano Nacional de Desenvolvimento⁴², o que “não será preciso repetir na mesma magnitude e intensidade” (PINHEIRO; GIAMBIAGI, 1992, p.40). Observa-se assim, a existência de muitas particularidades que a defesa indiscriminada da desnacionalização de empresas públicas parte de setores estratégicos não atribui a importância merecida.

De acordo com Biondi (2003, p.09)

[...] o famoso processo de privatização no Brasil está cheio de aberrações. Não foi feito para “beneficiar o consumidor”, a população, e sim levando em conta os interesses – e a busca de grandes lucros – dos grupos que “compraram” as estatais, sejam eles brasileiros ou multinacionais. Mas há mentiras ainda maiores a serem descobertas pelos brasileiros, destruindo os argumentos que o governo e os meios de comunicação utilizaram para privatizar as estatais a toque de caixa, a preços incrivelmente baixos.

As pesquisa e denúncia de Biondi são relevantes porque trazem dados e colaboram para desmistificar a ideia de que algumas coisas teriam “dado errado” com o processo de privatizações, ou que este não teria passado pela regulamentação necessária. Sua

2002, p.29) Observamos como os elementos apontados por Lesbaupin; Mineiro, (2002) estão de acordo com o que Savas (1987) e Pirie (1987a e 1987b)

³⁹“Na verdade, desde que a ideologia neoliberal se tornou hegemônica nos anos 90 no Brasil, seus promotores sabiam que, para colocá-la em prática, seria preciso uma vasta campanha de desinformação da opinião pública: afinal, o programa neoliberal tem consequências sociais gravíssimas e os eleitores jamais votariam conscientemente num programa que pioraria suas condições de vida.” (LESBAUPIN; MINEIRO, 2002, p.65)

⁴⁰ Sobre o setor elétrico e como o não ajuste de tarifas deste foi usado como um mecanismo para conter a inflação, ver Buratini (2004).

⁴¹Para entender mais sobre a propaganda feita sobre os déficits, “rombos” e “estouros” atribuídos às empresas estatais ver: Werneck (1987).

⁴² Para um melhor entendimento de o que foi o II PND ver: Lessa (1977).



exposição mostra quais interesses o governo defendia ao fazer das privatizações uma medida necessária e urgente.

Entre os elementos apresentados por Biondi (2003) está, por exemplo, que os setores de energia elétrica e telefonia, na iminência das privatizações, passaram por vários aumentos (realizados pelo governo) nas tarifas desses serviços⁴³. Então, áreas que ficaram anos sem o devido reajuste nos preços de seus serviços propositalmente, com a finalidade de conter o “problema”⁴⁴ da inflação, tem suas tarifas sucessivamente aumentadas quando a privatização é esboçada para um futuro próximo⁴⁵.

Ainda, após as privatizações, foi comum os preços cobrados pelos serviços⁴⁶ prestados aumentarem. Os compradores de concessionárias de energia elétrica, por

⁴³ As empresas que foram privatizadas não eram empresas com um parque produtivo obsoleto, e sim empresas que haviam recebido pesados investimentos para sua modernização. “O exemplo mais escandaloso é o da Telebrás, onde o governo investiu, nos dois anos e meio que precederam sua venda, R\$ 21 bilhões para ampliação das redes, das instalações da infra-estrutura. Depois disso, vendeu-a por R\$ 22,2 bilhões afirmando que foi muito acima do preço mínimo [...]” (LESBAUPIN; MINEIRO, 2002, p.30).

⁴⁴ “[...] ao longo de 30 anos, desde o final dos anos 1960, o governo freqüentemente usou as estatais para “segurar” a inflação ou beneficiar certos setores da economia, geralmente por serem considerados “estratégicos” para o país [...] Houve períodos em que o governo evitou reajustes de preços e tarifas de produtos (como o aço) e serviços fornecidos pelas estatais, na tentativa de reduzir as pressões e controlar as taxas de inflação. Esses “achatamentos” e “congelamentos” de preços foram os principais responsáveis por prejuízos ou baixos lucros apresentados por algumas estatais, que passavam a acumular dívidas ao longo dos anos – sofrendo então nova “sangria” de recursos, representada pelos juros que tinham de pagar sobre essas dívidas. Certo ou errado, as estatais foram usadas como arma contra a inflação por governos que achavam que o combate à carestia era a principal prioridade do país.” (BIONDI, 2003, p.13)

⁴⁵ Essa política de aumento de tarifas, sobretudo de energia elétrica, penalizava as famílias de baixa renda, uma vez que aconteceram mudanças na política que estabelecia que consumos mais baixos teriam preços de tarifas menores. Desse modo, percebe-se o quanto as empresas estavam sendo “preparadas” para a privatização e para oferecerem altos lucros aos seus compradores (BIONDI, 2003).

⁴⁶ Um exemplo que podemos oferecer sobre isso é o da Espírito Santo Centrais Elétricas S.A. (Escelsa), primeira empresa do setor de serviços privatizada por FHC. Sobre a Escelsa privatizada, esta passou a oferecer serviços de qualidade inferior por preços maiores: os índices de frequência de interrupção do fornecimento de energia e de duração da interrupção desse fornecimento aumentaram. O de frequência (FEC) foi de 25,33 para 27,21 e o de duração de interrupção (DEC) foi de 28,37 para 35,67 (LIGHT..., 14/06/1996). Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/1996/6/14/dinheiro/7.html>> Acesso em: 28/09/2020. Isso acontece ao mesmo tempo em que há um aumento da tarifa média cobrada pela empresa.

“Somente de dezembro de 96 a maio de 98 as tarifas residenciais tiveram um reajuste de 20,94%, contra uma inflação de 8,42% no mesmo período. Isso sem contar que, já em novembro de 1995, as contas de energia dos consumidores residenciais ficaram 35% em média mais caras. Isso porque, logo de cara foram reduzidos – ou retirados – subsídios do governo que permitiam uma diminuição no preço final das contas. Só para se ter uma idéia, segundo cálculos do Dieese, de 1994 a agosto de 2004 o reajuste nas tarifas de energia elétrica chegou ao astronômico índice de 222,41%” (REFLEXOS..., 2005, p.9, grifos do autor)



exemplo, recebiam a garantia, por parte do governo brasileiro, de aumentar as tarifas anualmente⁴⁷, de acordo com a inflação (BIONDI, 2003).

Outro setor que sofreu aumento nos preços dos serviços prestados após a privatização foi o de telecomunicações. Antes de ser vendida, a Telebrás recebeu cerca de R\$21 bilhões do governo para investimentos em infraestrutura. Sua venda, em 1998, foi realizada por R\$ 22,2 bilhões.

O setor de telecomunicações, assim como o setor de energia elétrica, é um setor estratégico, diretamente relacionado com as possibilidades de soberania, desenvolvimento nacional e qualidade de vida da população. Já tratamos aqui do preço de venda da Telebrás e de quanto o governo havia investido nesta empresa nos anos anteriores, para além disso, aconteceram aumento das tarifas e piora na qualidade dos serviços prestados:

A assinatura básica, para um período em que a inflação foi de 69,2% subiu 2.196%! (de R\$0,61 em julho de 1994 para R\$14,01 em março de 1999). A assinatura básica é aquela que o assinante paga mensalmente, independente do uso que tenha feito do telefone. (LESBAUPIN; MINEIRO, 2002, p.34-35)

O preço da assinatura subiu, o preço do minuto da ligação também subiu ao mesmo tempo em que os consumidores enfrentavam problemas com telefones e orelhões fora de serviço. (LESBAUPIN; MINEIRO, 2002).

Diante disso, não se vê no cenário brasileiro a concretização de que os preços a serem pagos a fornecedores comerciais de bens e serviços seriam menores, também não se encontra a competição entre as empresas privadas trazendo inovações e por consequência o oferecendo de bens e serviços melhores e mais baratos para a população.

O minuto de ligação local subiu 300%. O lucro líquido da Telebrás disparou, segundo o Datafolha. Impedidos de acompanhar a alta das tarifas, inúmeros assinantes perderam a linha: em menos de um ano, somente entre janeiro e setembro de 2001, foram cortadas 2 milhões e meio de linhas telefônicas! Em julho de 1998, o Brasil tinha 20,2 milhões de telefones; hoje, segundo a ANATEL, tem 47,8 milhões. **Mas 10 milhões estão fora de serviço por incapacidade de pagamentos dos usuários de baixa renda[...]** (LESBAUPIN; MINEIRO, 2002, p.35, grifos dos autores)

⁴⁷ “Isto é, o governo fez exatamente o contrário do que jornais, revistas e TVs diziam ao povo brasileiro, que acreditou em suas mentiras o tempo todo. Além dessa garantia de reajustes anuais de acordo com a inflação, os “compradores” das empresas de energia podem também aumentar preços se houver algum “imprevisto” – como é o caso da maxidesvalorização do real ocorrida no começo de 1999...” (BIONDI, 2003, p.10)



Ainda, dentre as contradições nos processos de privatização estão os pagamentos feitos em prestações, com juros “[...] vergonhosamente baixos, se comparados com as taxas normais no Brasil ou, mais ainda, com as taxas que o governo tem pago sobre sua dívida cada vez mais alta.” (BIONDI, 2003, p.17), a absorção das dívidas das empresas a serem privatizadas⁴⁸ e o aceite das chamadas “moedas podres”⁴⁹ nas privatizações.

Como já mencionamos anteriormente, era divulgado que as privatizações seriam uma ferramenta para atrair os capitais privados ao redor do mundo. A atração de capital estrangeiro via IED estava entre os objetivos do governo brasileiro com o processo de privatizações.

O discurso para a atração de IED e os benefícios que essa atração proporcionaria eram embasados na ideia de que

[...] por meio da privatização de empresas estatais e das concessões, haja uma arrecadação de recursos junto a investidores estrangeiros. Esses recursos reduziram, de alguma forma, os encargos correntes da dívida interna do governo central (mais Banco Central); dívida essa que aumentou de 43,5 bilhões em janeiro de 1995 para 188,4 bilhões de reais em abril de 1998, isto é, aumento de 5,9% do PIB para 20,7% do PIB. (GONÇALVES, 1999, p.79).

A expectativa governamental era de que o IED funcionaria como fomentador do crescimento da economia brasileira⁵⁰. Essa expectativa era reforçada à medida que as contas públicas se deterioravam e o setor produtivo em poder nacional encolhia devido ao grande movimento de fusões e aquisições em que predominava o capital estrangeiro (GONÇALVES, 1999).

É óbvio que a política governamental é um dos fatores locais específicos que entram na determinação do IED. Entretanto, a questão central é que o IED

⁴⁸ A “absorção” foi a medida de o governo passar para o Tesouro dívidas que eram das estatais, “[...] bilhões e bilhões de reais que deveriam ser pagos pelos ‘compradores’ - mesmo que esse pagamento fosse feito a longo prazo, mediante acordo com os credores. [...] Então, pode-se entender que, com essa política, ficou muito fácil para os “compradores” terem grandes lucros rapidamente: já no primeiro ano, além das tarifas e preços majorados, além da folha salarial reduzida, eles se livraram de pagar prestações dessas dívidas, bem como os juros sobre elas. Receberam as empresas “limpinhas”, prontas para os lucros. É a essa política que o governo chama de “saneamento das estatais”, preparatório para a privatização.” (BIONDI, 2003, p.14)

⁴⁹ “E, como se o incrível habitasse o inacreditável, as *moedas podres* foram leiloadas pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, o BNDES. Nesta *matrioshka*, na qual as aberrações brotam uma do interior da outra, o BNDES ainda financiou a aquisição das *moedas podres* com prazo de 12 anos para pagá-las.” (RIBEIRO JÚNIOR, 2012, p.39 grifos do autor)

⁵⁰ Se as privatizações não tornaram as empresas capazes de atrair investimento ao redor do mundo de forma contínua e esse processo constatou que o movimento realizado pelo IED é inconstante, “[...] fica comprometida a sustentabilidade de fluxos de IED para o país, após a ‘queima’ das privatizações e o esgotamento do sucateamento das empresas privadas nacionais.” (GONÇALVES, 1999, p.90)



per se não está balizado pela adequação de políticas macroeconômicas; ao contrário; políticas governamentais equivocadas podem até estimular fluxos extraordinários de recursos, desde que permitam a obtenção de lucros anormais. (GONÇALVES, 1999, p.88-89)

É em busca dessa obtenção de lucros “anormais” que os investimentos estrangeiros se voltam ao Brasil na década de 1990.

Ao buscar compreender o caráter do IED por meio de seus determinantes e fatores de atração no Brasil, seu papel na vulnerabilidade nacional, sua relação com as fontes externas de poder, seu comportamento e a evolução desses fluxos, Gonçalves (1999)⁵¹ escreve que:

A experiência histórica mostra claramente que esses fluxos têm um comportamento cíclico e, por vezes, errático. Nesse sentido, contar com os fluxos de entrada de IED, como uma fonte de financiamento de déficits de balanço de pagamentos no longo prazo, pode significar um erro grave como estratégia. (GONÇALVES, 1999, p.73)

Ao enxergar o IED como um capital que possui um comportamento cíclico e errático, não há esperanças de que este “financie” ou “contribua” para amenizar o problema das contas públicas. Porém, o que acontecia na década de 1990 era que: “A venda das estatais, segundo o governo, serviria para atrair dólares, reduzindo a dívida do Brasil com o resto do mundo – e “salvando” o real.” (BIONDI, 2003, p.9)⁵².

Os anos de grande presença de IED na economia brasileira em virtude das privatizações⁵³, foram também anos de aumento da dívida. Então, o argumento acima exposto de que esses investimentos seriam recursos que reduziriam os encargos da dívida não se cumpriu.

⁵¹ “Esse aumento dos fluxos de IED na economia brasileira no passado recente, principalmente a partir de 1995, é inusitado na história econômica do Brasil e do mundo. No passado recente não se tem verificado, todavia, uma penetração tão rápida, ampla e profunda do capital estrangeiro em economias e países com características similares às do Brasil.” (GONÇALVES, 1999, p.80)

⁵² “E o dinheiro arrecadado com a venda serviria ainda, segundo o governo, para reduzir também a dívida interna, isto é, aqui dentro do país, do governo federal e dos estados. Aconteceu o contrário: as vendas foram um “negócio da China” e o governo “engoliu” dívidas de todos os tipos das estatais vendidas; isto é, a privatização acabou por aumentar a dívida interna. Ao mesmo tempo, as empresas multinacionais ou brasileiras que “compraram” as estatais não usaram capital próprio, dinheiro delas mesmas, mas, em vez disso, tomaram empréstimos lá fora para fechar os negócios. Assim, aumentaram a dívida externa do Brasil. É o que se pode demonstrar, na ponta do lápis, neste “balanço” das privatizações brasileiras, aceleradas a partir do governo Fernando Henrique Cardoso.” (BIONDI, 2003, p.9)

⁵³ “No caso específico do Brasil, durante o governo FHC, os dados mostram que parcela expressiva do IED correspondeu ao processo de privatização (eletricidade, malhas da rede ferroviária federal, telecomunicações etc.) e a fusões e aquisições (indústrias e bancos).” (GONÇALVES, 1999, p.89)



Da mesma forma, a transformação das empresas brasileiras privatizadas em fatores de atração contínua de investimento estrangeiro também não se realizou. “O comportamento errático do IED expressa-se, no caso das privatizações de forma mais acentuada ainda, configurando verdadeiros movimentos espasmódicos” (GONÇALVES, 1999, p.86).

É importante mostrarmos aqui que o IED está associado à desnacionalização. Desnacionalização⁵⁴ aqui, significa a perda de controle nacional sob as empresas privatizadas, a cessão dos núcleos de decisão destas empresas para o exterior, bem como o fluxo contínuo de remessas de lucros enviadas para os países de origem dos maiores possuidores de ações das empresas privatizadas. Significa não ter influência em setores estratégicos e importantes, em decisões de formulação e execução de políticas. “A privatização *cum* capital estrangeiro acelerou o avanço do processo de desnacionalização da economia brasileira.” (GONÇALVES, 1999, p.152, grifos do autor).

Conforme já foi exposto, os benefícios das privatizações e a melhora de “cenário” que estas apresentariam não se concretizaram. A década de 1990 não transforma a situação de dependência e subordinação em que o Brasil estava inserido, mas sim, a intensifica⁵⁵.

O problema da dívida

A questão da dívida é também uma grande “incoerência” da defesa das privatizações. Enquanto os excessivos gastos do governo são criticados e por isso áreas como educação, saúde, saneamento básico e habitação, não recebem os devidos

⁵⁴ “Em síntese, há um forte avanço do capital estrangeiro na economia brasileira, marcada pelo processo de desnacionalização do aparelho produtivo nacional durante o governo FHC. A desnacionalização significa que parcela crescente do estoque de capital e da produção passa a ser controlada por não residentes. Esse fenômeno é particularmente grave no caso do Brasil a partir de 1995, tendo em vista o desempenho medíocre da economia brasileira, o acúmulo de desequilíbrios econômicos e o agravamento de problemas nas esferas política, social e institucional. Dentre esses problemas deve-se destacar a crescente vulnerabilidade externa, o aumento da concentração do poder econômico e a fragilização do setor público.” (GONÇALVES, 1999, p.82)

⁵⁵ Ao contrário: a estagnação da economia, vulnerabilidade - sujeição a turbulências-, instabilidade das finanças públicas, são fenômenos que continuaram presentes na economia brasileira. No final da década de 1990 começam a aparecer também, as consequências dos esforços para a estabilização do real e isso acentuou as debilidades já existentes no cenário macroeconômico brasileiro. Para um estudo aprofundado do plano real desde a sua implementação ver Filgueiras (2000).



investimentos e são subfinanciadas, os gastos com juros e amortizações da dívida são sempre assegurados⁵⁶.

Sobre a dívida, há ainda a importância da presença do FMI. Em 1998, diante dos déficits em transações correntes e escassez de capitais privados, o governo brasileiro recorreu a um acordo com o FMI e outras agências multilaterais. Contudo, este acordo, além de submeter as diretrizes políticas e macroeconômicas à diretrizes e fiscalização do FMI,

não impediu o colapso da política cambial e partir de janeiro de 1999, após uma malsucedida tentativa de mudar o regime cambial, o mercado impôs a adoção da flutuação do real. Na prática isso significou uma maxidesvalorização, e uma segunda fase nos indicadores do Governo FHC. [...]A consequência, entretanto, dos acordos, é uma explosão contínua da dívida pública interna. (LESBAUPIN; MINEIRO, 2002, p.16)

A contribuição do PND para a redução da dívida pública, bem como para “saneamento das finanças do setor público”⁵⁷ (LEI, 8.031, 1990, n/p) era extremamente controversa diante do que a realidade apresentou. Essa tão esperada obtenção de recursos a serem destinados à dívida não se mostrou factível.

O crescimento da dívida externa nos anos 90 é nítido[...], passando de um total de US\$ 115,5 bilhões em 1989 para US\$ 241,2 bilhões dez anos depois, um aumento de quase 109% na década. Os gastos com o serviço dessa dívida também mostraram um crescimento considerável de US\$ 24 bilhões no final da década de 80 para US\$ 62,8 bilhões ao término da década passada. Deve-se ressaltar, entretanto, que o serviço da dívida externa experimentou certo recuo no início da década de 90, muito por causa da renegociação da dívida externa nos moldes do Plano Brady encerrada em 1994. A partir desse momento, a trajetória de crescimento do serviço da dívida acompanhou a elevação do endividamento do país. (CARCANHOLO, 2003, p.50)

⁵⁶ “O governo passou todos esses anos acusando o funcionalismo de ser o grande gastador dos recursos do país. Frequentemente repetiu que não havia mais recursos para a saúde ou para a educação, a universidade pública. No entanto, basta acompanhar o orçamento realizado de cada ano deste governo para saber onde efetivamente foi despendido o esforço da equipe de FHC. Enquanto as despesas com pessoal giram em torno de R\$50 bilhões entre 1995 e 2001- chegando no máximo a R\$65 bilhões em 2001-, as despesas com a amortização da dívida saltam de R\$ 120 bilhões para R\$274 bilhões. Se somarmos a estas despesas com juros, a soma é exorbitante. É aí que está o rombo do orçamento da União. É para aí que vai a parte principal dos impostos dos contribuintes.” (LESBAUPIN; MINEIRO, 2002, p.59).

⁵⁷ Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8031impresao.htm> Acesso em: 22/03/2020



Então, constata-se um “esforço” realizado no orçamento de modo a subfinanciar áreas de extrema importância para o país para garantir que o pagamento de juros e amortizações referente à rolagem da dívida não deixe de acontecer.

A Falácia da realocação de recursos

Dois pilares fomentavam a prática de privatizações: o crescente prestígio da iniciativa privada e desprestígio das empresas estatais e serviços públicos. Com o desprestígio da iniciativa pública e o argumento de que as empresas estatais eram deficitárias e demasiadamente onerosas, aparecia a alegação de que, uma vez que o governo não tivesse que destinar recursos às estatais ineficientes e deficitárias, seria possível usar esses mesmos recursos para investimentos em saúde, educação, habitação, transporte, infraestrutura, etc.

Essa diminuição dos investimentos em todas as esferas da área social mostra que o pretexto de redirecionamento daquilo que era “gasto do governo com empresas deficitárias” não se concretizou.

A área que mais sofreu as consequências da opção neoliberal do governo FHC foi, sem sombra de dúvida, a área social. No discurso, a redução da presença do Estado na economia se faria para beneficiá-la; na prática, porém, foi o setor que mais cortes sofreu desde 1995.[...] depois de privatizar a maior parte do patrimônio nacional, depois de aumentar a arrecadação tributária a cada ano, este aumento da receita em nada beneficiou o social. Ao contrário, a casa ajuste econômico, o primeiro setor a ser atingido foi o social. Entre 1995 e 2001, o investimento em saúde caiu de 4,8% para 3,9%, a educação desceu de 3% para 2%, a parte relativa à habitação permanece durante todo o mandato abaixo de 0,2%, e o setor de assistência e previdência oscila de 17,15% para 14,1% até chegar em 2001 com 18,7% - sendo que a maior parte desse orçamento é parte da previdência (a parte da assistência social caiu fortemente). (LESBAUPIN; MINEIRO, 2002, p. 39-40)

E dentro desse desmonte, está evidente a ideologia a que o governo atendeu servilmente. Por tudo isso, é notório que o argumento de que governo não dispunha de recursos disponíveis para realizar os investimentos necessários em: saúde, educação (em todos os níveis), moradia, saneamento básico, etc, por causa dos “prejuízos” que as empresas estatais causavam não se sustenta na realidade dos fatos.

É notório que as áreas acima mencionadas eram de incumbência do governo e, portanto, não eram vistas como setores a receber mais investimentos para o aumento da qualidade de vida da população e sim, como setores passíveis de oferecer lucros à



iniciativa privada, se também privatizados. A vista disso, a ideia de “realocação” de recursos não passava de um embuste.

Algumas considerações

Maria da Conceição Tavares, em 1998 escreveu que “O governo brasileiro adotou um modelo de privatização extremamente original em matéria de engenharia político-econômica destruidora” (TAVARES, 1999, p.161). Buscamos com este artigo, mostrar alguns elementos para confirmar esta afirmação.

Para além da desnacionalização, as privatizações representaram para o governo a perda do lucro das empresas, um desmonte de sistemas que foram pensados para funcionar de forma integrada (telecomunicações e energia elétrica, por exemplo) e desindustrialização⁵⁸.

Com o objetivo de realizar o maior número de privatizações possível, o governo FHC foi responsável pelo uso do BNDES em benefício da iniciativa privada e muitas vezes para financiar a entrada de capitais estrangeiros no Brasil. A propaganda negativa para o desprestígio das empresas estatais também foi fundamental para que o governo atingisse seus objetivos.

A “necessidade” ou obrigação do governo de atrair investimento estrangeiro também atendia a interesses externos, criava e fortalecia estruturas de subordinação. Coube ao Estado tornar suas empresas atrativas ao capital estrangeiro⁵⁹ e também, criar as condições para que estes capitais, uma vez que se se direcionassem ao Brasil, obtivessem altas remunerações.

As privatizações executadas a partir de 1995, por FHC, não impediram que uma recessão acontecesse na segunda metade da década de 1990. Assim, a retração do crédito, o desequilíbrio na conta de transações correntes⁶⁰, elevação da taxa de juros, “provocaram

⁵⁸ Desindustrialização porque partir da privatização de empresas importantes do ramo industrial e de tecnologia, estas passam a comprar materiais e peças de seus “novos donos” o que traz como consequência, além da desindustrialização, o aumento nos níveis de desemprego. Este fenômeno ficou bem evidente no caso da privatização do sistema Telebrás (BIONDI, 2002).

⁵⁹ Citamos neste trabalho o exemplo do grande investimento que a Telebrás recebeu antes de sua privatização.

⁶⁰ “As dificuldades estruturais para a recomposição para o equilíbrio da balança comercial e o fato de que o próprio esquema de financiamento externo realimenta o déficit na conta de serviços das transações correntes- em função do aumento do estoque de capital estrangeiro e do crescimento das despesas com



uma crise bancária sem precedentes que custou ao governo, até agora, mais de R\$ 20 bilhões” (TAVARES, 1997, p.110).

Outro ponto de controvérsia sobre a realidade das privatizações no Brasil era que:

[...]a política de privatização do governo Collor era contraditória porque, **após privatizadas diversas empresas vinham recebendo financiamento do BNDES, mantendo, pois, no governo o ônus dos investimentos na infraestrutura do País.** (AMARAL FILHO, 1996, p.139, negrito ITA)

Essa informação contradiz a ideia difundida anteriormente de que a privatização melhoraria o parque produtivo das empresas e que as empresas privatizadas seriam capazes de atrair investimentos do mundo todo. Portanto, vê-se que no caso brasileiro a concorrência que Savas (1987) afirmava existir entre as empresas privadas não aconteceu. As empresas privatizadas, ao invés de serem capazes de se autofinanciar ou atrair capital estrangeiro (como era defendido) eram tão dependentes do capital estatal (via financiamentos do BNDES) quanto as empresas estatais.

Tendo em vista as privatizações que aconteceram no Brasil, também não se confirmou a existência da ação reguladora do mercado. Depois de toda a defesa do mercado, críticas à interferência e aos subsídios anteriormente oferecidos pelo Estado, o que aconteceu não foi que a venda das estatais possibilitou que o governo deixasse de desperdiçar recursos, e sim, “[...] o Estado, através do BNDES, ofereceu empréstimos fabulosos aos interessados em adquirir empresas estatais- empréstimos a juros abaixo do mercado.” (LESBAUPIN; MINEIRO, 2002, p.35).

Por tudo isso, fica evidente que as tantas vantagens e benesses do mercado, tão divulgadas, não se apresentaram. O que aconteceu foi a entrega de patrimônio público ao setor financeiro⁶¹.

juros- reforçam a tendência a um endividamento crescente. Note-se que os encargos da dívida subiram de US\$ de 18,6 bilhões em 1993 para US\$27,2 bilhões em 1996, chegando a representar, neste último anos, 57% das receitas de exportação” (TAVARES, 1997, p.112)

⁶¹ Para ver sobre a crescente participação de fundos de pensão, bancos de investimento e capital estrangeiro na compra de empresas estatais, sobretudo no governo Fernando Henrique Cardoso ver (RODRIGUES, 2017)



Conclusões

Por tudo o que foi exposto, o que se pretendeu com este trabalho foi mostrar as ideias e argumentos em defesa das privatizações, a coerência dessas ideias com aquilo que defendia-se no Brasil e as reais consequências do processo de privatização brasileiro.

Comprendemos aqui, que a defesa quase que indiscriminada para a realização das privatizações teve diversos defensores que teorizaram sobre sua necessidade e possíveis benefícios no Brasil e isso refletiu numa ampla mudança na legislação para que cada vez mais rápido mais empresas pudessem ser privatizadas.

O que foi constatado a partir desse processo foi que além de as privatizações não oferecerem o retorno “esperado”, ou seja, o montante obtido com a venda de diversas empresas brasileiras não foi destinado ao saneamento das contas públicas, as empresas privatizadas passaram a oferecer serviços piores e mais caros, a atração de investimento acontece no âmbito do capital financeiro especulativo e o Brasil sofre efeitos de um processo de desnacionalização.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMARAL FILHO, Marcos J. T. **Privatização no Estado Contemporâneo**. São Paulo, Ícone, 1996.

ANDERSON, Perry. Balanço do Neoliberalismo. In: SADER, E. (Org). **Pós-neoliberalismo: As Políticas Sociais e o Estado Democrático**. São Paulo; Paz e Terra, 1995.

BATISTA JR., Paulo. N. e RANGEL, A. **A renegociação da dívida externa brasileira e o Plano Brady: avaliação de alguns dos principais resultados**. Caderno Dívida Externa, n. 7, PEDEX, São Paulo, 1994.

BATISTA, Paulo N. **O Consenso de Washington: a visão neoliberal dos problemas latino-americanos**. In: Cadernos da Dívida Externa. n. 7, PEDEX, São Paulo, 1994.

BIONDI, Aloysio. **O Brasil Privatizado: um balanço do desmonte do Estado**. São Paulo: Geração Editorial, 2003.

BURATINI, Ricardo. **Estado, capitais privados e concorrência no setor elétrico brasileiro: da constituição do modelo estatal à crise do modelo competitivo**, Tese de doutorado, Instituto de Economia – UNICAMP, Campinas, 2004.



CARCANHOLO, Marcelo D. **A vulnerabilidade econômica do Brasil: abertura externa a partir dos anos 90**. Aparecida, São Paulo: Ideias & Letras, 2005.

CARCANHOLO, Marcelo D. **A Década mais que Perdida: vulnerabilidade e restrição externas no Brasil dos anos 90**. In: Economia-Ensaio, Uberlândia, 17(2)/18(1):87-102, jul. e dez. /2003

CARCANHOLO, Marcelo D. **Neoliberalismo e o Consenso de Washington: a verdadeira concepção de desenvolvimento do governo FHC**. In Malaguti, Manoel L.; Carcanholo, Reinaldo A.; Carcanholo, Marcelo D. Neoliberalismo: a tragédia do nosso tempo. São Paulo: Cortez, 2002 (p.15-35)

FILGUEIRAS, Luiz Antônio M. **História do Plano Real: fundamentos, impactos e contradições**. 3. ed., São Paulo: Boitempo, 2006.

FURTADO, Celso. **A Fantasia organizada**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985

GENNARI, A M. **Globalização, neoliberalismo e abertura econômica no Brasil nos anos 90**. Revista Pesquisa & Debate, v. 13, n. 1, p. 30-45, 2001.

GONÇALVES, Reinaldo. **Globalização e Desnacionalização**. São Paulo: Paz e Terra, 1999

GUIMARÃES, E. A. **Acumulação e Crescimento da Firma**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

HYMER, Stephen. **Empresas Multinacionais: a internacionalização do capital**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1978.

LESSA, Carlos, **Visão crítica do II PND**. Revista Tibiriçá, ano II, no. 6, jan-março, 1977 p.47-72.

LESBAUPIN, I.; MINEIRO, A. **O Desmonte da Nação em Dados**. Petrópolis: RJ: Vozes.

MENDONÇA, Antônio. **A Crise Econômica e sua Forma Contemporânea**. Lisboa; Caminho, 1990.

MERCADANTE, Aloízio. **O Brasil pós-Real: política econômica em debate**. Campinas: Unicamp, 1998.

PANIAGO, Maria Cristina S. **Keynesianismo, Neoliberalismo e os Antecedentes da “Crise” do Estado**. 2012.

PINHEIRO, Armando C.; GIAMBIAGI, Fábio. **As Empresas Estatais e o Programa de Privatização do Governo Collor**. Rio de Janeiro, 1992. (Texto para Discussão nº 261)

PINHEIRO, Armando C.; LANDAU, Elena. **Privatização e dívida pública**. BNDES, Rio de Janeiro, 1995.

PIRIE, M. **Privatização**. Rio de Janeiro, Instituto Liberal, 1987a.



PIRIE, M. **Princípios e Práticas da Privatização**. Rio de Janeiro, Instituto Liberal, 1987b.

PROCIANOY, Jairo, MOTTA, Paulo César D. **Inovação tecnológica: a privatização após o uso das 'moedas podres'**. Revista de Administração de Empresas, v. 32, n. 5, p. 48-60, nov.-de 1992.

RIBEIRO, Nelson; MENDONÇA, Antônio. **A crise econômica atual: um ensaio de interpretação marxista**. Revista de Economia Política, v. 6, n. 4, p. 50-70, out./dez. 1986.

SAVAS, Emanuel. S. **Privatização: a chave para um governo melhor**. Rio de Janeiro: Nórdica, 1987.

RODRIGUES, Carlos Henrique L. **Imperialismo e Empresa Estatal no Capitalismo Dependente Brasileiro (1956-1998)**. 2017. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Econômico) – Pós-Graduação em Desenvolvimento Econômico do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2017.

SWEEZY, Paul. M. Teoria do Desenvolvimento Capitalista: Princípios de Economia Política Marxista. Rio de Janeiro, Zahar, 1976.

TAVARES, Maria da Conceição. **A economia política do Real**. In: Mercadante, Aloízio. (Org) O Brasil Pós-Real. Instituto de Economia – UNICAMP, pp.101-129, 1997.

TAVARES, Maria da Conceição. **Destruição não criadora: memória de um mandato popular contra a recessão, o desemprego e a globalização subordinada**. Rio de Janeiro: Record, 1999.

TOURINHO, Octávio Augusto F., VIANNA, Ricardo L.L. **Motivação e estrutura do Programa Nacional de Desestatização**. Rio de Janeiro, IPEA, 1993 (Texto para Discussão).